

Relatório Anual

2019

Índice

Mensagem da Diretoria	03
Fatos Relevantes em 2019	04
Demonstrações Consolidadas	05
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018	11
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	32
Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2019	34
Parecer do Conselho Fiscal	40
Resolução do Conselho Deliberativo	41

Prezado(a) leitor(a),

Após 48 anos de existência, a PREVHAB continua a se manter como uma das poucas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) do país a gerir um Plano de Benefícios na modalidade de Benefício Definido (BD) com saldo positivo. Ao fim do exercício de 2019, a rentabilidade acumulada obtida com os nossos investimentos, de 10,71%, colaborou para a manutenção do superavit do Plano Plenus e superou a maioria dos benchmarks. E o bom resultado, por mais um ano consecutivo, fez o nosso Conselho Deliberativo elaborar uma moção de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho executado. Porém, não podemos deixar de reforçar que o sucesso da nossa Entidade advém da relevante participação dos Colegiados e de uma harmoniosa, profissional e independente convivência entre todos os seus membros.

Uma vez bem alinhados e adotando as melhores práticas de governança corporativa, com responsabilidade, transparência e ética, sabemos que estamos no caminho certo para seguir em frente pensando em maneiras de garantir a perpetuidade da PREVHAB. Não à toa, iniciamos estudos para viabilizar a administração de um novo plano de previdência para abrigar familiares dos participantes do Plano Plenus, em condições mais vantajosas que as do mercado aberto. Uma

estratégia que vem sendo abraçada por outros fundos de pensão, estimulando o fomento da cultura previdenciária na sociedade brasileira, e já devidamente autorizada pela Previc, o órgão regulador do sistema fechado – afinal, abre oportunidades no sentido de manter a longevidade das EFPCs.

Para 2020, além do desenvolvimento do Plano Família, outro grande desafio será o enfrentamento da crise econômica mundial provocada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Sabemos que resultados aquém dos anteriormente esperados serão obtidos, o que é natural em um cenário como este. Contudo, temos ciência de que números incompatíveis com metas estabelecidas no curto prazo podem ser revertidos no longo prazo. Não é a primeira vez que passamos por fortes crises na economia – a última com a mesma dimensão aconteceu em 2008 e que, após três anos, já teve os seus efeitos minimizados. Logo, recomendamos calma e agradecemos, desde já, a confiança depositada na nossa gestão.

Esperamos que a leitura deste Relatório Anual seja esclarecedora e, com desejos de saúde, esperamos continuarmos juntos.

Boa leitura.

Mario Cardoso Santiago
Diretor-Presidente da PrevhAB

Fatos Relevantes em 2019

Abertura do Edifício Novo Mundo para visitas exclusivas

Em janeiro, a Diretoria da PREVHAB reuniu-se com representantes do IRPH e do Instituto Art Déco Brasil, além de equipe do jornal O Globo, para um tour guiado que exaltou o trabalho de recuperação das características originais da edificação, que é tombada como Patrimônio Material do Rio de Janeiro. Nos meses seguintes, participantes também foram convidados para visitar o Novo Mundo com exclusividade e puderam relembrar histórias afetivas com o prédio.

Homenagem ao ex-Conselheiro Oyama Teixeira

Oyama Paulo Amorim Celestino Teixeira, ex-Presidente do antigo Conselho de Curadores e depois do Conselho Deliberativo da PREVHAB, no período de 2000 a 2016, foi homenageado pela Entidade em solenidade realizada em maio. Falecido em março de 2019, Oyama teve seu nome atribuído ao auditório localizado na sede da Entidade, com o objetivo de eternizar sua memória e seu importante legado na luta pela existência da PREVHAB.

Retrofit do Novo Mundo em destaque na imprensa

O jornal carioca O Globo publicou, em sua edição do dia 16 de julho, uma reportagem sobre o retrofit realizado no Edifício Novo Mundo destacando a imponência e a importância do

prédio como patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro.

Novo Presidente no Conselho Fiscal

Em setembro, Mauro Souza Monte foi empossado como Presidente do Conselho Fiscal após o ex-presidente Cândido de Almeida Neto comunicar a necessidade de seu afastamento do Colegiado, para tratar de sua saúde.

Pesquisa de Opinião sobre novo plano instituído

Já no fim do ano, a PREVHAB realizou pesquisa para conhecer o universo de potenciais interessados em um novo plano de previdência sob a forma de Contribuição Definida - CD, para abrigar familiares dos participantes do Plano Plenus e em condições mais vantajosas que as do mercado.

Excelentes resultados, com superávit no Plano Plenus

Ao fim do exercício, a Entidade obteve uma rentabilidade acumulada de 10,71% nos investimentos do Plano de Benefícios Plenus, superior 2,59 pontos percentuais à meta atuarial acumulada para o período, que foi de 8,12%. A rentabilidade colaborou para a manutenção do superávit do Plano e foi bastante superior ao IPCA (com 4,31% acumulados) e à poupança (acumulada em 4,34%).

Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018


				R\$ mil			
Ativo	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	4	158	191	EXIGÍVEL OPERACIONAL		5.968	5.829
REALIZÁVEL		627.713	622.963	Gestão Previdencial	9	5.274	5.146
Gestão Previdencial	5	2.454	1.828	Gestão Administrativa	10	472	464
Gestão Administrativa	6	156	128	Investimentos	11	222	219
Investimentos	7	625.103	621.007	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		101	528
Títulos Públicos		49.421	47.524	Gestão Previdencial	12	0	456
Créditos Privados e Depósitos		33.995	35.838	Gestão Administrativa	13	101	72
Fundos de Investimentos		367.884	383.744	PATRIMÔNIO SOCIAL	14	622.343	617.346
Investimentos Imobiliários		162.284	143.095	Patrimônio de Cobertura do Plano		606.707	599.070
Empréstimos e Financiamentos		11.519	10.806	Provisões Matemáticas		588.548	588.236
				Benefícios Concedidos		580.825	579.708
				Benefícios a Conceder		7.723	8.528
PERMANENTE	8	541	549	Equilíbrio Técnico		18.159	10.834
Imobilizado		439	443	Resultados Realizados		18.159	10.834
Diferido		102	106	Superávit Técnico Acumulado		18.159	10.834
				Fundos		15.636	18.276
				Fundos Administrativos		15.636	18.276
TOTAL DO ATIVO		628.412	623.703	TOTAL DO PASSIVO		628.412	623.703

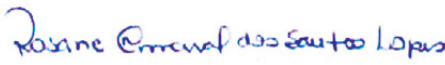
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

		R\$ mil		
Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %	
A) Patrimônio Social - início do exercício	617.346	620.599	-0,52	
1. Adi�es	65.988	55.967	17,91	
(+) Contribui�es Previdenciais	548	1.132	-51,59	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	57.502	50.293	14,33	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.159	462	150,87	
(+) Receitas Administrativas	5.836	2.832	106,07	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	943	1.248	-24,44	
2. Destina�es	-60.991	-59.220	2,99	
(-) Benefícios	-51.572	-50.148	2,84	
(-) Despesas Administrativas	-9.405	-9.012	4,36	
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-14	-60	-76,67	
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	4.997	-3.253	-253,61	
(+/-) Provisões Matemáticas	312	175	78,29	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	7.325	1.564	368,35	
(+/-) Fundos Administrativos	-2.640	-4.992	-47,12	
B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3 + 4)	622.343	617.346	0,81	


As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018


	R\$ mil		
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	18.276	23.268	-21,45
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.779	4.080	66,15
1.1. Receitas	6.779	4.080	66,15
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.869	1.815	2,98
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.931	978	301,94
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	21	29	-27,59
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	943	1.248	-24,44
Outras Receitas	15	10	50,00
2. Despesas Administrativas	9.405	9.012	4,36
2.1. Administração Previdencial	5.374	5.079	5,81
Pessoal e encargos	3.686	3.511	4,98
Treinamentos/congressos e seminários	31	28	10,71
Viagens e estadias	18	15	20,00
Serviços de terceiros	1.062	1.019	4,22
Despesas gerais	315	439	-28,25
Depreciações e amortizações	33	31	6,45
Tributos	229	36	536,11
2.2. Administração dos Investimentos	4.031	3.933	2,49
Pessoal e encargos	2.610	2.524	3,41
Treinamentos/congressos e seminários	12	15	-20,00
Viagens e estadias	15	12	25,00
Serviços de terceiros	579	588	-1,53
Despesas gerais	640	750	-14,67
Depreciações e amortizações	22	20	10,00
Tributos	153	24	537,50
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	14	60	-76,67
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	-2.640	-4.992	-47,12
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	-2.640	-4.992	-47,12
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	15.636	18.276	-14,45

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018


Descrição	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1- ATIVOS	627.839	623.167	0,75
DISPONÍVEL	145	168	-13,69
RECEBÍVEL	18.090	20.104	-10,02
INVESTIMENTO	609.604	602.895	1,11
TÍTULOS PÚBLICOS	49.421	47.524	3,99
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	33.995	35.838	-5,14
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	352.385	365.632	-3,62
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	162.284	143.095	13,41
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.519	10.806	6,60
2- OBRIGAÇÕES	5.496	5.821	-5,58
OPERACIONAL	5.496	5.365	2,44
CONTINGENCIAL	0	456	-100,00
3- FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	15.636	18.276	-14,45
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.636	18.276	-14,45
5 - ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	606.707	599.070	1,27
PROVISÕES MATEMÁTICAS	588.548	588.236	0,05
SUPERÁVIT TÉCNICO	18.159	10.834	67,61
6 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	18.159	10.834	67,61
b) (+/-) Ajuste de Precificação	19.849	21.492	-7,64
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a +b)	38.008	32.326	17,58

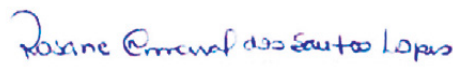
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018


		R\$ mil		
	Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Ativo Líquido - início do exercício		599.070	597.331	0,29
1. Adi�es		61.078	53.702	13,73
(+)	Contribui�es	2.417	2.947	-17,98
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	57.502	50.293	14,33
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.159	462	150,87
2. Destina�es		-53.441	-51.963	2,84
(-)	Benefícios	-51.572	-50.148	2,84
(-)	Custeio Administrativo	-1.869	-1.815	2,97
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		7.637	1.739	339,16
(+/-)	Provisões Matemáticas	312	175	78,29
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	7.325	1.564	368,35
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		606.707	599.070	1,27
C) Fundos não Previdenciais		-2.640	-4.992	-47,12
(+/-)	Fundos Administrativos	-2.640	-4.992	-47,12

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

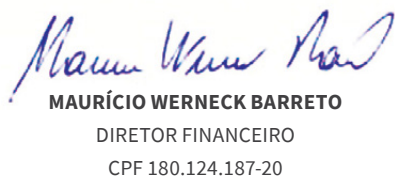
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019



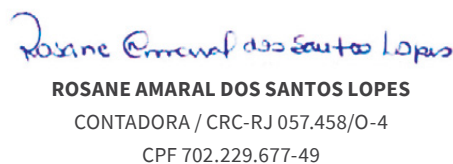
MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 4 + 5)	612.203	604.891	1,21
1. Provisões Matemáticas	588.548	588.236	0,05
1.1. Benefícios Concedidos	580.825	579.708	0,19
Benefício Definido	580.825	579.708	0,19
1.2. Benefícios a Conceder	7.723	8.528	-9,44
Benefício Definido	7.723	8.528	-9,44
2. Equilíbrio Técnico	18.159	10.834	67,61
2.1. Resultados Realizados	18.159	10.834	67,61
Superávit Técnico Acumulado	18.159	10.834	67,61
Reserva de Contingência	18.159	10.834	67,61
4. Exigível Operacional	5.496	5.365	2,44
4.1. Gestão Previdencial	5.274	5.146	2,49
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	222	219	1,37
5. Exigível Contingencial	0	456	-100,00
5.1. Gestão Previdencial	0	456	-100,00

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 180.124.187-20


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A PREVHAB Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA, que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG - Interpretação

Técnica

Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22 de janeiro de 2010 e, em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009 e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 29/2018 e suas alterações, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.

b) Na apurac o do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variac es Positivas e Deduções/Variac es Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c) As contribuic es para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, em atendimento   Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc)

n  29, de 13 de abril de 2018, e a Instrução MPS/SPC n  34, de 24/09/2009, respectivamente, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intríseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear   taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variac es Positivas ou Deduções/Variac es Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos

das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por atuário responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas

probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

4. ATIVO - DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	145	168
a) CEF nº 563-0	2	3
b) CEF nº 790.391-0	16	23
c) BRADESCO S/A nº 2.862-2	30	33
d) BRADESCO S/A nº 37.979-4	67	79
e) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	6	6
f) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	24	24
. Plano PGA:	13	23
a) BRADESCO S/A nº 2862-2	-	15
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4	9	6
c) CEF nº 563-0	-	1
d) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	4	1
Total do Disponível	158	191

5. ATIVO - REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo - Realizável - Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Recursos a Receber:	452	462
Contribuições em Atraso de Participantes:	181	180
Ativos	590	545
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(409)	(365)
Outros Recursos a Receber	271	282
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	25	10
c) Depósitos Judiciais/Recurais	1.145	1.355
d) Outros Realizáveis:	832	1
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(15)	(15)
Reembolsos da Folha de Assistidos (INSS)	1	1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	4.436	5.690
Valores a Regularizar	831	-
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.985	2.985
(-) Provisão para Créditos de Líquidação Duvidosa	(7.421)	(8.675)
Ação contra o INSS	1.712	1.712
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.812)	(1.812)
Total Realizável - Gestão Previdencial	2.454	1.828

. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 452 mil, apresentam a seguinte composição:

- R\$ 181 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para devedores duvidosos.
- R\$ 271 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários (R\$ 218 mil) e valor a receber do PGA do aluguel do imóvel de uso próprio (R\$ 53 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos”

de R\$ 25 mil referem-se a benefícios (R\$ 17 mil) e 13º salário (R\$ 8 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 1.145 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber pendentes de regularização de R\$ 832 mil, apresentam a seguinte composição:

- R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

- R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;

- R\$ 4.436 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como crédito de liquidação duvidosa, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias nºs. 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação da PREVHAB foi distribuída à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal - TRF1, aguardando julgamento do recurso da Desembargadora Daniela Maranhão Costa, desde 15/03/2018; e 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, sendo que os autos físicos do processo estão em procedimento de digitalização no segundo grau de jurisdição;

- R\$ 2.985 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como crédito de liquidação duvidosa;

- R\$ 1.712 mil de pagamentos de benefícios efetuados pela PREVHAB de responsabilidade do INSS (ação nº 2001.51.01.003688-1 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), do período de março de 1987 a fevereiro de 1988, em litígio judicial, atualizado monetariamente pelo INPC e acrescido de juros de 6% a.a. Após decisão desfavorável, a PREVHAB efetuou depósito e após o levantamento do valor pelo INSS o processo foi arquivado. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda;

- R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a

fevereiro de 1988 aos seus associados, encontra-se no STJ – 4ª Turma com o Ministro Marco Buzzi para julgar recurso especial interposto pela PREVHAB desde 15/06/2012. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda.

6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Responsabilidade de Empregados	1	1
b) Responsabilidade de Terceiros	3	3
c) Outros Recursos a Receber	2	2
d) Despesas Antecipadas:	60	48
Férias	55	43
Despesas Miúdas	4	4
Contas a Receber de Empregados	1	1
e) Depósitos Judiciais/Recursais	42	26
f) Outros Realizáveis:	48	48
IRRF a Recuperar	3	3
FCVS	4	4
Seguro SFH	41	41
Total Realizável - Gestão Administrativa	156	128

. Plano PGA

a) A “Responsabilidade de Empregados” de R\$ 1 mil refere-se a empréstimo emergencial a empregado.

b) A “Responsabilidade de Terceiros” de R\$ 3 mil referem-se a adiantamentos a terceiros (advogados).

c) Os “Outros Recursos a Receber” de R\$ 2 mil refere-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

d) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 60 mil referem-se

a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 55 mil de férias, R\$ 4 mil de despesas miúdas e R\$ 1 mil de contas a receber de empregados.

e) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 42 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

f) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 48 mil, referem-se a R\$ 3 mil de IRRF a recuperar; R\$ 4 mil dos recolhimentos mensais efetuados ao Fundo de Compensação Variações Salariais - FCVS, a partir do mês de julho de 2002, a serem ressarcidos pela CEF, após a homologação da liquidação do financiamento imobiliário; e R\$ 41 mil dos pagamentos mensais do seguro do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, pendentes de ressarcimentos pelos mutuários com financiamento imobiliário.

7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e PGA no ano de 2019 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 193ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2018, do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 01/01/2019 a 31/12/2023, elaboradas pela PREVHAB.

b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e contratos de

Custódia e Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco (observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018), enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

d) Gestão de Investimentos

d.1.) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2019, possuía 11 (onze) Fundos de Investimentos, sendo 5 (cinco) no segmento de Renda Fixa, 3 (três) no segmento de Estruturado, 2 (dois) no segmento de Renda Variável e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

d.1.a) Renda Fixa:

- Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado (Gestor Caixa Econômica Federal);

- Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor Sul América Investimentos DTVM);
- HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.);
- BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.);
- Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor Itaú Asset Management Ltda.).

d.1.b) Estruturado:

- AZ Quest Multi FIC FI Multimercado (Gestor AZ Quest Investimentos Ltda.);
- Kinea Chronos FI Multimercado (Gestora Kinea Investimento Ltda.);
- Bahia AM Marau FIC FI Multimercado (Gestor Bahia AM Renda Variável Ltda.).

d.1.c) Renda Variável:

- Occam Fundo de Investimento de Ações (Gestor: Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.);
- Sulamérica Equities Fundo de Investimentos de Ações (Gestor: Sulamérica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.).

d.1.d) Imobiliário:

- Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2019 a rentabilidade dos investimentos do Plano Plenus foi de 10,71%, superior 2,59 pontos percentuais à meta atuarial de 8,12% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento de Renda Variável de 38,73%, Imobiliário de 14,25%, Estruturado de 8,86%, Operações com Participantes de 8,44% e Renda Fixa de 7,90%.

d.2.) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão sendo aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.) e HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.). A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano foi de 5,81% inferior 0,14 ponto percentual ao CDI de 5,95%.

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	609.605	602.895
Títulos Públicos	49.421	47.524
Créditos Privados e Depósitos	33.995	35.838
Fundos de Investimentos	352.386	365.632
Investimentos Imobiliários	162.284	143.095
Empréstimos e Financiamentos	11.519	10.806
. Plano PGA:	15.498	18.112
Fundos de Investimentos	15.498	18.112
Total dos Investimentos	625.103	621.007

7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 49.421 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacio-

nal (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Créditos Privados e Depósitos”, no total de R\$ 33.995 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 32.537 mil, valor líquido das provisões para devedores duvidosos) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 1.458 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

7.1.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

7.1.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A..

7.1.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja

dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

7.1.3. Em atendimento ao artigo 36 da Resolução

CNPC nº 29, de 13/04/2018, os demonstrativos a seguir apresentam os títulos classificados por categorias: “Títulos para Negociação”, avaliados pelo valor de mercado, e os “Títulos Mantidos até o Vencimento”, avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus.

Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
Operações Compromissadas	12.775	-	-	-	12.775
NTN	42.848	90.362	-	123.651	256.861
LFT	248	9.824	13	-	10.085
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	55.871	100.186	13	123.651	279.721
2. Títulos Privados					
CDB's	1.391	184	-	-	1.575
Debêntures	361	1.475	-	113.858	115.694
Letras Financeiras	3.592	12.576	1	1.045	17.214
Total de Títulos Privados	5.344	14.235	1	114.903	134.483

Posição em 31.12.2018

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
Operações Compromissadas	15.757	-	-	-	15.757
NTN	35.958	68.163	60.126	119.279	283.526
LFT	157	3.585	-	-	3.742
LTN	41	10	-	-	51
Total de Títulos Públicos	51.913	71.758	60.126	119.279	303.076
2. Títulos Privados					
CDB's	559	10	-	-	569
Debêntures	3	28	-	123.416	123.447
Letras Financeiras	4.069	5.607	8	103	9.787
Total de Títulos Privados	4.631	5.645	8	123.519	133.803

Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
Operações Compromissadas	12.775	-	-	-	12.775	12.775
NTN	-	-	-	-	-	-
LFT	248	9.824	13	-	10.085	10.085
LTN	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	13.023	9.824	13	-	22.860	22.860
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
CDB 's	1.391	184	-	-	1.575	1.575
Debêntures	361	1.475	-	113.858	115.694	115.694
Letras Financeiras	3.592	12.576	1	1.045	17.214	17.214
Total de Títulos Privados	5.344	14.235	1	114.903	134.483	134.483

Posição em 31.12.2018

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
Operações Compromissadas	15.757	-	-	-	15.757	15.757
NTN	-	319	-	-	319	319
LFT	157	3.585	-	-	3.742	3.742
LTN	41	10	-	-	51	51
Total de Títulos Públicos	15.955	3.914	-	-	19.869	19.869
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
CDB 's	559	10	-	-	569	569
Debêntures	3	28	-	123.416	123.447	123.447
Letras Financeiras	4.069	5.607	8	103	9.787	9.787
Total de Títulos Privados	4.631	5.645	8	123.519	133.803	133.803

Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
NTN	42.848	90.362	-	123.651	256.861
Total de Títulos Públicos	42.848	90.362	-	123.651	256.861

Posição em 31.12.2018

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
NTN	35.958	67.844	60.126	119.279	283.207
Total de Títulos Públicos	35.958	67.844	60.126	119.279	283.207

7.1.4. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 352.386 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

- R\$ 234.590 mil em Renda Fixa, sendo R\$ 10.049 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado; R\$ 208.095 mil no Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 15.364 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; e R\$ 1.082 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI.
- R\$ 21.972 mil em Renda Variável, sendo R\$ 8.714 mil no Occam Fundo de Investimento de Ações e R\$ 13.258 mil no Sulamérica Equities Fundo de Investimentos de Ações.
- R\$ 59.327 mil em Investimentos Estruturados, sendo R\$ 14.162 mil no AZ Quest Multi FIC FI Multimercado; R\$ 22.715 mil no Kinea Chronos FI Multimercado; e R\$ 22.450 mil no Bahia AM Marau FIC FI Multimercado.
- R\$ 36.497 mil em Investimentos Imobiliários, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

7.1.5. Os “Investimentos Imobiliários” são

demonstrados ao custo de aquisição ou reavaliação e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 163ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de junho de 2016, aprovou o critério de avaliação anual do Edifício Novo Mundo enquanto perdurarem os investimentos das obras de retrofit, localizado na Av. Presidente Wilson – RJ, e o Laudo de Avaliação do imóvel elaborado pela empresa AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., em 17/05/2016. A avaliação do imóvel foi contabilizada de acordo com o Laudo de Avaliação no balanço do mês de julho/2016. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 177ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2017, por exposição de motivos da Diretoria, aprovou o retorno do critério trienal de avaliação do Edifício Novo Mundo. Em 24/04/2019, a avaliação do Edifício Novo Mundo foi realizada pela CGM Consultoria e Projetos Ltda., através do Laudo de Avaliação realizado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 199ª Reunião Ordinária, realizada em 27/06/2019, apresentando o resultado líquido de R\$ 20.460 mil contabilizado no balanço do

mês de junho/2019 (valor da avaliação: R\$ 111.998 mil deduzido do valor contábil: R\$ 91.538 mil).

7.1.5.2. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de julho de 2018, aprovou os Laudos de Avaliações dos imóveis elaborados pela empresa Analítica – Engenharia de Avaliações Ltda., relativamente aos imóveis situados no Rio de Janeiro e São Paulo. As avaliações dos imóveis foram contabilizadas de acordo com os Laudos de Avaliações no balancete do mês de junho/2018 e resultaram no acréscimo de R\$ 13.994 mil.

7.1.5.3. A composição, em 31/12/2019, do Imobiliário de R\$ 162.284 mil é a seguinte:

- os “Terrenos” localizados em Aracaju – SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 – Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 – Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 – Lote 3, estão sem valor comercial, tendo em vista a impossibilidade de sua retomada e a recomendação do não registro de quaisquer valores nessas circunstâncias, conforme justificativas do Diretor Financeiro da PREVHAB, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, de 19/07/2018;

- os imóveis de “Uso Próprio e Locados a Terceiros”, no total de R\$ 139.026 mil, já deduzidos os valores de depreciações e de provisões para devedores duvidosos, referem-se ao valor de R\$ 5.225 mil do imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares, e de R\$ 133.801 mil dos imóveis locados a terceiros, localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 111.823 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 20.967 mil), Rua Prof. Ortiz Monteiro, 152/305 – RJ (R\$ 876 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

- os imóveis de “Rendas de Participações”, no valor de R\$ 21.628 mil, referem-se às frações representativas de 3,83% das lojas do Shopping Ribeirão Preto – SP, já deduzidos os valores de depreciações;

- os imóveis de “Outros Investimentos Imobiliários”, no total de R\$ 1.630 mil, refere-se ao imóvel localizado na Rua Barão de Jaguará em Campinas – SP, desapropriado pela União Federal, com processo nº 98.061.3429-0 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas – SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União e está aguardando apreciação de recursos da União Federal para apurar a diferença ainda a ser paga pela União. Foram publicadas decisões determinando o sobrestamento do exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário interpostos pela União Federal até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

7.1.5.4. Os “Investimentos Imobiliários”, em 31/12/2019, registram 32,58% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.661/2018), decorrente dos resultados positivos das avaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.661/2018, a reavaliação dos imóveis é considerada como desenquadramento passivo e a Entidade tem até 12 anos para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.661/2018).

7.1.5.5. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desenquadramento passivo.

7.1.6. Os “Empréstimos e Financiamentos” referem aos empréstimos concedidos e, em 31/12/2019, totalizam R\$ 11.519 mil e apresentam as seguintes condições:

- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;

- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);

- prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício, foram concedidos 149 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 2.316 mil.

7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 15.498 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 15.276 mil) e do HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 222 mil).

8. ATIVO PERMANENTE

A posição consolidada do Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	R\$ mil	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:			
a) Imobilizado		439	443
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	101	108
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	258	254
Sistema de Comunicação	10% aa.	-	1
b) Diferido		102	106
Gastos Implantação Software	20% aa.	95	99
Fomento (Adiantamento do Plano Fênix)		3	3
Fomento (Adiantamento do Plano BV)		4	4
Total Ativo Permanente		541	549

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	5.274	5.146
a) Benefícios a Pagar	4.764	4.669
b) Retenções a Recolher	320	286
c) Outras Exigibilidades:	190	191
Consignações a Repassar	16	16
Terceiros	174	175
Total Exigível Operacional - Gestão Previdencial	5.274	5.146

9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os “Benefícios a Pagar”, no total de R\$ 4.764 mil, referem-se a contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 6% a.a.

9.1.2. As “Retenções a Recolher”, de R\$ 320 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos (R\$ 311 mil) e ação judicial (R\$ 9 mil).

9.1.3. As “Outras Exigibilidades”, no total de R\$ 190 mil, referem-se ao convênio do INSS (R\$ 175 mil), valores a pagar ao PGA (R\$ 12 mil) e valores a regularizar (R\$ 3 mil).

10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	318	308
b) Retenções a Recolher	154	156
Total Exigível Operacional - Gestão Administrativa	472	464

10.1. Plano PGA

a) As “Contas a Pagar” de R\$ 318 mil referem-se às Despesas Administrativas Comuns (R\$ 308 mil) e Despesas Administrativas Específicas (R\$ 10 mil).

b) As “Retenções a Recolher” de R\$ 154 mil referem-se aos valores do IRRF da folha salarial e prestadores de serviços (R\$ 47 mil), INSS dos empregados, empregador, pessoa física e jurídi-

ca (R\$ 99 mil), PIS/COFINS/CSLL de serviços de terceiros (R\$ 5 mil) e contribuição de previdência de empregado (R\$ 3 mil).

11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Investimentos	222	219
Total Exigível Operacional - Investimentos	222	219

11.1. Plano Plenus

a) Os “Investimentos” de R\$ 222 mil referem-se aos valores de honorários de sucumbência do Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (R\$ 6 mil) e IRRF, PIS/COFINS/CSLL a recolher, honorários de sucumbência e depósito de caução de Imóveis Locados a Terceiros (R\$ 216 mil).

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
Provisões de Ações Previdenciais	14.450	16.176
Valores a Regularizar	831	-
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(15.281)	(15.720)
Total Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	0	456

12.1. Plano Plenus

12.1.1. As “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 0 é o resultado do provisionamento dos valores correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB (R\$ 14.450 mil), valores a regularizar (R\$ 831 mil), deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 15.281 mil.

12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
Provisões de Ações Trabalhistas	171	143
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(70)	(71)
Total Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	101	72

13.1. Plano PGA

13.1.1. As “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 101 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 171 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 70 mil.

14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Aterior
. Plano Plenus:		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	606.707	599.070
Provisões Matemáticas	588.548	588.236
Benefícios Concedidos	580.825	579.708
Benefícios a Conceder	7.723	8.528
Equilíbrio Técnico	18.159	10.834
. Plano PGA:		
Fundos	15.636	18.276
Fundos Administrativos	15.636	18.276
Total Patrimônio Social	622.343	617.346

14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 606.707 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 588.548 mil e do Equilíbrio Técnico de R\$ 18.159 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 588.548 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 580.825 mil, com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 7.723 mil, com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2019 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 11/02/2020.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico” de R\$ 18.159 mil

representa o Superávit Técnico Acumulado do Plano e constitui a Reserva de Contingência, representando 3,09% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 588.548 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial apresenta a seguinte CONCLUSÃO: *“Certificamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 38.007.849,59 em 31/12/2019, com duration calculada na mesma data de 9,20 anos. O excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.”* As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial foram:

HIPÓTESE	2019
Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos - 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 15.636 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

15.1. Plano Plenus

15.1.1. As receitas no ano do Plano, no total de R\$ 139.193 mil, foram as seguintes:

- R\$ 553 mil de receitas de contribuições previdenciais.
- R\$ 1.864 mil de receitas de contribuições de custeio administrativo.
- R\$ 4.803 mil de receitas de reversões de contingências de ações judiciais previdenciais.
- R\$ 16.373 mil de receitas de reversões de provisões matemáticas.
- R\$ 115.600 mil de receitas de rendimentos das aplicações dos investimentos do Plano.

15.1.2. As despesas no ano do Plano, no total de R\$ 131.868 mil, foram as seguintes:

- R\$ 51.572 mil de despesas de benefícios dos assistidos.
- R\$ 3.644 mil de despesas de constituições de Contingências Judiciais.
- R\$ 16.686 mil de despesas de constituições das Provisões Matemáticas.
- R\$ 1.869 mil de despesas de contribuições para custeio administrativo do PGA.
- R\$ 3.931 mil de despesas de contribuições de

custeio administrativo dos investimentos.

- R\$ 21 mil de despesas da taxa administração de empréstimos.

- R\$ 54.145 mil de despesas dos resultados negativos dos investimentos do Plano.

15.1.3. O resultado positivo no ano de R\$ 7.325 mil foi destinado ao Superávit Técnico do Plano (Receitas: R\$ R\$ 139.193 mil – Despesas: R\$ 131.868 mil).

16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

16.1. Plano de Gestão Administrativa - PGA

16.1.1. As receitas no ano do Plano, no total de R\$ 6.834 mil, foram as seguintes:

- R\$ 1.869 mil de receitas de contribuição para custeio.

• R\$ 3.931 mil de receitas de contribuição de custeio de investimento. A retomada da receita administrativa foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 186ª Reunião Ordinária, realizada em 24/05/2018, mas com a condição de que ela somente seja realizada se houver constituição de superávit previdencial no mês e até o valor deste, ressalvada a observância da taxa de 0,8% ao ano sobre os recursos garantidores. Em 29/11/2018, o Conselho Deliberativo em sua 192ª Reunião Ordinária, por proposta da Diretoria, aprovou a elevação da taxa de 0,8% para 1,5% ao ano, a vigorar a partir do mês de novembro, mantidos todos os demais critérios vigentes.

- R\$ 21 mil de receitas da cobrança da taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos aos participantes.

- R\$ 55 mil de receitas de reversões de contingências de ações judiciais administrativas.

- R\$ 944 mil de receitas de rendimentos das

aplicações dos investimentos do Plano.

- R\$ 14 mil de outras receitas administrativas.

16.1.2. As despesas no ano do Plano, no total de R\$ 9.474 mil, foram as seguintes:

- R\$ 9.404 mil de despesas administrativas do PGA (Comuns e Específicas). O rateio das despesas administrativas comuns coube as “Despesas da Gestão Previdencial” o percentual de 60% dessas despesas e as “Despesas dos Investimentos” os 40% restantes. Para definição desses percentuais, as “Despesas da Gestão Previdencial” foram consideradas como compostas pelas áreas da Presidência, Administração e Previdência, e Informática, e as “Despesas dos Investimentos” foram consideradas como compostas pelas áreas Financeira, Investimentos e Contabilidade.

- R\$ 69 mil de despesas de constituições de contingências de ações judiciais administrativas.

- R\$ 1 mil de despesas dos resultados negativos dos investimentos do Plano.

16.1.3. As reversões do Fundo Administrativo totalizaram no ano R\$ 2.640 mil (Receitas: R\$ 6.834 mil – Despesas: R\$ 9.474 mil).

17. FATOS RELEVANTES

17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 205ª Reunião Ordinária, realizada em 19/12/2019, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2020/2024, elaboradas pela PREVHAB, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 21/02/2020, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 204ª Reunião Ordinária, realizada em 28/11/2019, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2020 do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

17.3. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

17.3.1. Relativamente ao Plano Plenus, a PREVHAB faz parte da Ação Ordinária (processo nº 91.0123902-3) movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em que foi julgado procedente o direito das Associadas à correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) por meio do IPC, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, e não pelo BTN como realizado pela União Federal à época. A PREVHAB era possuidora de 35.745.591 OFND's.

17.3.2. Em 07/01/2014, a ABRAPP informou que o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, com pedido de que o TRF da 2ª Região proferisse decisão sobre a questão do desmembramento da execução, foi distribuído para a 7ª Turma do Tribunal, sendo em 11/11/2013, deferida liminar pelo Desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução. Diante da ordem de suspensão, a Juíza da 23ª Vara Federal, em 28/11/2013, proferiu nova decisão na qual, determinou que a execução se fizesse em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos por juízos competentes. A ABRAPP, em 11/12/2013, interpôs Agravo de Instrumento contra esta decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído por dependência para o

Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20/12/2013 a 06/01/2014).

17.3.3. Quanto a Ação Rescisória da União Federal (nº 2012.02.01.000858-3), tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06/09/2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa.

17.3.4. Na CIR-JUR-002/15 da ABRAPP, de 14/12/2015, informa que na Assembleia Geral Extraordinária de 27/10/2015 ficou deliberado que a Associação como legítima substituta processual na Ação Ordinária nº 91.0123902-3 da 23ª Vara Federal do RJ, conduziria junto aos patronos da causa o encaminhamento da execução através das ações de liquidação por artigos de título judicial, conforme circulares encaminhadas às entidades (CIR-ABR-DIR-014/15, 21/10/2015 e a CIR-JUR-001/15, de 06/11/2015), considerando para formação dos grupos, os documentos comprobatórios apresentados por cada entidade, à existência de entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a informação da ocorrência de transferência, resgate ou alienação das OFND de que eram titulares em momento posterior à sua aquisição, além do cálculo dos valores apresentado na petição de execução em 30/06/2011, devidamente atualizado.

Considerando a possibilidade da ocorrência de prescrição (28/11/2015) informada na Assembleia Geral Extraordinária de 18/08/2015, a distribuição das ações de liquidação se deu em dia 27/11/2015, ficando a PREVHAB incluída no Grupo 4 com mais seis Entidades e a ação de liqui-

dação distribuída para a 12ª Vara Federal do RJ - processo nº 0145871-67.2015.4.02.5101.

17.3.5. Sobre o andamento da ação, a Figueiredo & Silva Advogados Associados informou que, em 30/09/2019, foi juntada manifestação da União pleiteando a total improcedência dos pedidos da inicial. Em 24/10/2019, foi juntada petição da ABRAPP requerendo o prosseguimento do feito protestando pela produção das provas documental suplementar e perícia contábil.

17.4. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.4.1. Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e definições da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, a PREVHAB calculou o ajuste de precificação, do exercício de 2017, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, 4,60% a.a. e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em que a Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento observando seus fluxos de pagamento, bem como, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como os demais requisitos previstos na norma.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação, para os exercícios de 2019 e 2018:

• Plano de Benefícios Plenus

Em 31.12.2019

Títulos - R\$ mil	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	Acima de 10 Anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Títulos públicos								
NTN - B - quantidade	-	40.262	6.617	28.319	75.198			
NTN - B - Valor	-	133.260	22.218	101.434		256.912	276.761	19.849
Duração do Passivo	9,20							
Duração do Ativo	7,85							

Em 31.12.2018

Títulos - R\$ mil	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	Acima de 10 Anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Títulos públicos								
NTN - B - quantidade	11.361	21.238	19.024	34.936	86.559			
NTN - B - Valor	35.958	67.845	60.126	119.279		283.208	304.700	21.492
Duração do Passivo	9,38							
Duração do Ativo	7,48							

18. EVENTOS SUBSEQUENTES


No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações sobre alguns casos de pneumonia na China, na cidade de Wuhan (Província de Hubei). Trata-se do Coronavírus (COVID-19), um vírus da mesma família da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS em inglês), que se espalhou em Pequim (China) em 2002 e da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS em inglês), que apareceu em Jeddah (Arábia Saudita) em 2012. Em termos de letalidade, o Coronavírus quando comparado com outras pandemias é bem menos letal, porém é muito mais contagioso, atingindo um número maior de pessoas, o que le-

vou a OMS a declarar, em 11 de março de 2020, estado de pandemia (fonte: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>).

Os efeitos econômicos sobre a economia global são inevitáveis, devendo provocar uma desaceleração econômica. Os preços dos ativos num primeiro momento sofreram bastante, no entanto os agentes do mercado ainda não conseguem identificar e mensurar os reais impactos no mercado chinês e nos outros países ao redor do mundo.

O Brasil já sofre com os impactos dessa crise com uma alta volatilidade nos preços dos ativos e no câmbio.


MARIO CARDOSO SANTIAGO
 DIRETOR - PRESIDENTE
 CPF 034.712.507-78


MAURÍCIO WERNECK BARRETO
 DIRETOR FINANCEIRO
 CPF 180.124.187-20


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
 DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
 CPF 425.157.427-34


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
 CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
 CPF 702.229.677-49

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Rio de Janeiro - RJ**

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, as demonstrações individuais do plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB Previdência Complementar e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

4. Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ora apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado em 22 de março de 2019 não conteve nenhuma modificação.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG – 12.557



Luiz Otavio Souza Rosa

Contador – CRCRJ – 116.523/O

Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2019

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB Previdência Complementar, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2019.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2019.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após

a realização de testes considerados apropriados e efetuados os devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

PARTICIPANTES ATIVOS

	Em 31/12/2019
Frequência	4
Idade Média	61 anos
Tempo Médio de Serviço	37 anos
Tempo Médio de Contribuição	37 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	13.678,58

PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2019	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	415	33
- Idade Média	74 anos	68 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	7.996,68	2.765,44

PENSIONISTAS

Em 31/12/2019	
Frequência de Pensões	129
Frequência de Pensionistas	142
Idade Média (vitalícios)	71 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.601,25

Os valores apresentados são nominais e estão posicionados em 31/12/2019.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto àqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas

com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2019.

Hipótese	
Taxa Real Anual de Juros	4,60% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	4,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.
Fator de Capacidade para os Salários	0,98
Fator de Capacidade para os Benefícios	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M/F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de Entrada em Invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos – família real Ativos – 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concen-

trados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2019 (Relatórios HR/133/2019 e HR/134/2019), que tomaram como base a população existente

e o patrimônio em 31/12/2018. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros para o exercício de 2019 foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS (Relatório HR/134/2019), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 4,89% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a., respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 300, de 12/04/2019, que estabelece o limite mínimo de 4,08% a.a. e o limite máximo de 6,23% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 9,38 anos em 31/12/2018 (a duration foi de 112,6 meses, conforme DA de 2018).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018, exceto com relação à tábua de mortalidade de inválidos, onde a tábua IAPB-57 foi substituída pela AT-2000 M/F.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2018.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2019 é a apresentada no quadro a seguir.

Descrição	Em R\$
Provisões Matemáticas	588.548.411,82
Benefícios Concedidos	580.825.648,50
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	580.825.648,50
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	474.517.138,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	106.308.510,09
Benefícios a Conceder	7.722.763,32
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	7.486.342,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.486.342,21
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	236.421,11
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	236.421,11
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2019. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2019.

RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2019

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB posicionados em 31/12/2019.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2019 com resultado superavitário de 3,09% das provisões matemáticas.

Descrição	Em R\$
Ativo Total	627.839.759,25
(-) Exigível Operacional	5.496.309,53
(-) Exigível Contingencial	-
(=) Patrimônio Social	622.343.449,72
(-) Fundos	15.636.159,44
Previdencial	-
Administrativo	15.636.159,44
Investimentos	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	606.707.290,28
(-) Provisões Matemáticas	588.548.411,82
PM de Benefícios Concedidos	580.825.648,50
PM de Benefícios a Conceder	7.722.763,32
PM a Constituir	-
(=) Equilíbrio Técnico	18.158.878,46
Superávit Técnico Acumulado	18.158.878,46
Reserva de Contingência	18.158.878,46
Reserva para Ajuste do Plano	-

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as

provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2019

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o resultado contábil ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação. Em 31/12/2019, esse valor foi positivo, de R\$ 19.848.971,13.

Em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 30, da Resolução CNPC nº 29, de 21/05/2018, atestamos que a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios Plenus, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seu plano de benefícios, não fica prejudicada em função da intenção da manutenção dos títulos em carteira até seu vencimento.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

Descrição	Em R\$
Patrimônio de Cobertura	606.707.290,28
Provisões Matemáticas	588.548.411,82
(+) Passivo Atuarial	588.548.411,82
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	18.158.878,46
(+/-) Ajuste Precificação	19.848.971,13
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	38.007.849,59

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A pequena variação de 0,05% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 588.235.781,59 em 31/12/2018 para R\$ 588.548.411,82 em 31/12/2019, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado, além do retorno dos investimentos observado no período.

VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (10,71%) foi superior à meta atuarial do Plano (8,12%) em 31/12/2019. Com isso, o Plano de Benefícios Plenus manteve sua situação superavitária em 2019.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no artigo 15 da Resolução CNPC

nº 30/2018, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,20 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2019.

Segundo registros Contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de déficits ou amortização de Serviço Passado.

CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto no art. 11 do Regulamento do Plano:

a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;

b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;

c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou Equilíbrio técnico Ajustado de R\$ 38.007.849,59 em 31/12/2019, com duration calculada na mesma data de 9,20 anos.

O excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.



ANDREA VANZILLOTTA
MIBA nº 1000 – CPF nº 920.040.087-68

CONSELHO FISCAL PARECER 01/2020

O Conselho Fiscal da PREVHAB Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas, de 31 de dezembro de 2019, em sua 70ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2020, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Economia, tendo em vista, também, a manifestação da empresa HR Serviços Atuariais Ltda., no Parecer Atuarial datado de 11 de fevereiro de 2020, da Fernando Motta Auditores, no Relatório emitido em 23 de março de 2020, e da deliberação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 415ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2020,

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.


Mauro Souza Monte
Presidente
CPF 316.421.607-68


Mario Monteiro de Oliveira
Titular
CPF 100.232.247-20


Luiz Carvalho Frota Correia
Titular
CPF 098.600.027-20

CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2020

Em sua 208ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2020, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal exarado em sua 70ª Reunião Ordinária, de 25 de março de 2020,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.



Roberto de Andrade Torres
Presidente
CPF 000.378.692-72



PREVHAB Previdência Complementar

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Tel: (21) 2212-5700 / Fax: (21) 2212-5743

www.prevhab.com.br